A (NÃO) LAICIDADE DO ESTADO E SUAS REVERBERAÇÕES NA EDUCAÇÃO

Jonatas Michel Kuchnir (PROVIC), Névio de Campos (Orientador), e-mail: ndoutorado@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Educação

Área: Educação. Subárea: História da Educação

Palavras-chave: Bakhtin, laicismo, UEPG

Resumo

O ponto de partida circunstancial é a aprovação pelo Conselho Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no ano de 2011, da proposta para construção de uma capela ecumênica. Esse acontecimento é tomado para discutir as relações entre Estado, Educação e Religião no Brasil. A ideia é captar as representações de acadêmicos dos cursos de Letras da UEPG sobre a proposta de se criar uma capela no Campus Uvaranas da UEPG, na tentativa de explicar como eles compreendem a questão do laicismo na educação e no conjunto das esferas do Estado. A construção desta análise pauta-se em pesquisadores que têm em seu horizonte analítico o problema do laicismo no Brasil e no conceito de dialogismo de Bakhtin. Os dados foram obtidos por meio de uma pesquisa quantitativa, com aplicação de questionário entre todos os acadêmicos do curso acima mencionado. Os dados, já trabalhados em gráficos, mostram que 66% dos entrevistados posicionam-se favoráveis e 34% contrários à construção da capela, o que indica que a história da educação é demarcada pela relação contínua entre Estado e Igreja, na qual a representação de Estado laico ganha sentidos diversos entre o conjunto de brasileiros, pois há uma grande distância entre a ideia de laicidade do Estado anunciada pela República brasileira e a experiência histórica do mundo social, constituída pela fraca presença do processo de secularização.

Introdução

Não são poucos os casos em que o limiar entre Estado e Religião não é nada claro. A presença da disciplina de Ensino Religioso e a realização de orações de cunho cristão nas escolas públicas são sinais que ainda hoje a ideia de Estado Laico não é constituinte da sociedade como um todo. Pelo menos não nas suas reverberações na educação. Essa questão do laicismo no Brasil introduzirá nossa pesquisa a fim de estabelecer um panorama histórico e atual no país.

Qual a opinião da comunidade acadêmica sobre o tema? Terá a sua religião relação com sua opinião? Como relacionar o conceito de dialogismo de Bakhtin nesse contexto? Um mar de questões inunde esse texto e abre inúmeras portas para pesquisas futuras. Nas páginas seguintes, e de modo ainda introdutório, pudemos indicar a opinião dos acadêmicos e traçar algumas características desse grupo. Embora ainda não tenhamos dados suficientes para dar conta da dimensão dos fatos, constatamos que, certamente, a religião dos sujeitos tem uma carga elevada na sua identidade e traz consigo certa naturalidade na existência de símbolos e rituais religiosos na vida pública.

Materiais e Métodos

Para a realização dessa pesquisa, aplicamos um questionário aos alunos do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa a fim de analisar como se dá a compreensão da comunidade acadêmica quanto ao laicismo do Estado e suas reverberações, sobretudo, no âmbito educacional.

O ponto de partida foi uma notícia publicada em 10 de agosto de 2011 no portal da Universidade Estadual de Ponta Grossa, cujo título aponta para a aprovação da construção de uma capela ecumênica no Campus de Uvaranas dessa Instituição (MEYER, 2011). O reitor em exercício na época, João Carlos Gomes, ao determinar que o projeto fosse posto em prática, atenderia uma "especial e antiga reivindicação feita pela comunidade universitária", apontou o repórter.

A partir desse acontecimento objetivamos captar as representações de acadêmicos dos cursos de Letras da UEPG sobre a proposta de se criar uma capela no Campus Uvaranas da UEPG, na tentativa de explicar como eles compreendem a questão do laicismo na educação e no conjunto das esferas do Estado. Para isso optamos por uma pesquisa quantitativa utilizando o questionário como técnica de coleta de dados.

Os questionários foram aplicados às 5 turmas dos cursos de Licenciatura em Letras (Português/Inglês Português/Espanhol e Português Francês) e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ao todo, 185 alunos responderam, posicionando-se favoráveis ou contrários, à aprovação da edificação da Capela Ecumênica no Campus Universitário em Uvaranas desta Universidade.

Revisão de literatura

Pensar a laicidade é pensar em um Estado que preza pelo respeito às diversidades religiosas sem julgamento de valor e sem enaltecer uma religião em detrimento de outras. É um Estado que independe de qualquer confissão religiosa (LAFER, 2009), mas que permite a realização de cultos religiosos sem que estes interfiram nas decisões políticas do país. "Assim, o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana" (FISCHMANN, 2012, p. 16).

Em um estudo acerca das Constituições do país e suas reverberações na Educação, Vieira (2007) indica que estão perpassadas pelo âmbito religioso. Desse modo, temos acesso ao modo como a ideia de laicismo foi vista ao longo da história do Brasil, sobretudo no que tange à educação.

Esse estudo é relevante para verificarmos como se deu a relação entre Estado e Religião ao longo da história do país, além de outros temas pertinentes como a Educação. "As cartas magnas são documentos escritos para serem divulgados e incorporados à vida pública; configuram-se, portanto, como instrumentos formais de prescrição de regras que contribuíram para a formação de um aparato jurídico no País" (VIEIRA, 2007, p. 306). Notadamente, o laicismo foi prescrito desde 1890 para reger a vida do país. No entanto, verificamos que em algumas Constituições ele está mais presente que em outras. Na prática, essa verificação torna-se ainda mais complexa e necessária.

Inúmeros estudos verificam em que medida se dão as relações Estado e Religião atualmente, sobretudo no que tange à educação. Destacamos Fischmann (2012) e Cruz (2015) para sondarmos algumas pesquisas que apontam as expressões religiosas em escolas públicas após a promulgação da Constituição de 1988.

Cruz (2015) apresenta algumas pesquisas que comprovam que nem todos os estados brasileiros estão em sintonia com a legislação nacional, que por sua vez também não garante um laicismo pleno. Um dos dados trazidos pela autora é de que 14 estados brasileiros (AL, BA, DF, GO, ES, MA, MT, MS, PA, PB. PI, RN, RS e TO) já houve a extensão do Ensino Religioso para além do Ensino Fundamental. (CUNHA, 2013, apud CRUZ, 2015). Além disso, Fischmann (2012) coloca em cheque a facultatibilidade da disciplina em questão. De acordo com a pesquisadora, os estudantes sequer são informados dessa liberdade; ação essa que deveria ocorrer logo no início do ano para que os alunos manifestem seu interesse (ou não) em cursá-la.

Resultados e Discussão

Por meio da aplicação dos questionários, pudemos verificar que 66% dos entrevistados posicionam-se favoráveis e 34% são contrários à construção da capela ecumênica na Instituição, mesmo sendo o Estado sendo laico.

Dadas as relações dialógicas em Bakhtin, pensamos sempre os sujeitos enquanto formados de múltiplas vozes, pois estão em contato com múltiplos enunciados. “Se os enunciados são sempre vindos de outros enunciados de outros sujeitos, que por sua vez, são carregados de ideologias (…), então minha identidade se constitui na alteridade, em diálogo com os vários enunciados que me constituem” (BRANDES, 2017).

O discurso desses sujeitos, portanto, dialoga com diversos discursos das mais diversas esferas nas quais transitam (religiosa, civil, familiar e etc.) formando uma cadeia de enunciados com distintas línguas sociais. “Esses diferentes pontos de vista sobre o mundo, essas diferentes formas verbalizadas de compreender o mundo que dão as distintas tonalidades valorativas para os enunciados” (BRANDES, 2017, p.29).

Posicionar-se favorável ou contrário à construção da capela é assumir determinada ideologia que vai muito além dizer “sim” ou “não”. Esses enunciados, por menores que sejam, possuem elevada carga valorativa. “Esses valores correspondem a uma avaliação da situação pelo interlocutor posicionado historicamente frente ao seu interlocutor” (STELLA, 2008, p.178).

Ao assumir-se favorável à construção religiosa no espeço público, o acadêmico dialoga com discursos religiosos, assumindo-os em maior escala que a ideia de um Estado Laico que, para ele, talvez não seja clara. A voz da religião, nesse momento, assume lugar de primazia. Torna-se clara a posição de relevância que o discurso religioso assume na construção identitária dos sujeitos.

Ao analisarmos os dados da pesquisa, notamos que, entre aqueles que declararam-se religiosos praticantes, 80,2% posicionaram-se favoráveis à construção da capela. Já entre os que consideram-se religiosos não praticantes, essa porcentagem abaixa consideravelmente (54,4%). Entre os ateus, há uma inversão. 75% posicionaram-se contrários à construção. Certamente, esses dados

indicam que, quanto mais o sujeito circula pelas esferas religiosas, menos compreensão terá acerca da laicidade do Estado e suas reverberações na vida civil.

Conclusões

Desde a promulgação do Decreto que declarou o Brasil como Estado Laico, em 1890, a história nos mostra que a questão do laicismo no país foi sempre muito frágil. As fronteiras entre Estado e Religião foram – e continuam sendo – muito tênues.

O grupo escolhido para responder ao questionário apenas reforçou essa constatação. Enquanto sujeitos complexos e formados por inúmeros discursos, parece-nos que a religião possui grande reverberação na formação identitária e discursiva dos indivíduos.

Apresentamos aqui apenas uma amostra – os primeiros resultados – de uma pesquisa mais ampla. As relações que se dão entre Estado e Religião são ainda mais complexas. Os discursos que conformam essas esferas são multifacetados. As relações entre as várias vozes e enunciados que circulam e constituem os sujeitos são ainda mais múltiplas. E as possibilidades de análises, ainda mais variadas.

Agradecimentos

À PROPESP.

Referências

BRANDES, Silvely. Diálogos interculturais na literatura indígena contemporânea: uma perspectiva bakhtiniana. 2017. 131 f. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem – Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2017.

CRUZ, Renata Barbosa da. Educação, Ciência e doutrinas religiosas: relações e representações para as escolas públicas. 145f. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Humanas e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

FISCHMANN, Roseli. Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata. São Paulo: Factash Editora, 2012.

LAFER, Celso. Estado Laico. In: Direitos Humanos, Democracia e República – Homenagem a Fábio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

MAYER, Carlos Alberto. Campus de Uvaranas terá capela ecumênica. Portal da UEPG. 2011. Disponível em: <http://portal.uepg.br/noticias.php?id=1193> Acesso em: 28 de jul de 2017.

STELLA, Paulo Sergio. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.) Bakhtin: conceitos chave. São Paulo: Contexto, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88. n.219, p. 291-309. 2007.